



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

1 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA  
2 EDUCAÇÃO SUPERIOR – CONAES. Em 24.10.2024 (vinte e quatro de outubro de dois mil  
3 e vinte e quatro), às nove horas, presencialmente e por videoconferência, teve início a 204ª  
4 (ducentésima quarta) Reunião Ordinária da CONAES, no Ministério da Educação, com a  
5 presença dos seguintes membros: André Guilherme Lemos Jorge (Membro Notório Saber  
6 e Presidente), Simone Horta Andrade (Membro Notório Saber), Renato Hyuda Pedrosa  
7 (Membro Notório Saber), Carla Beatriz de Almeida (Membro Representante do Corpo  
8 Discente), Maurilio Mussi Montanha (Membro Representante do Corpo Técnico  
9 Administrativo das Instituições de Educação Superior), Madalena Peixoto Guasco (Membro  
10 Representante do Corpo Docente), Marta Wendel Abramo (Membro representante da  
11 SERES), Ana Lúcia Pereira (Representante da SESu), Ulysses Tavares Teixeira (Membro  
12 representante do INEP), e como ouvintes: Daniel A. Ximenes (SERES), Ester Pereira Neves  
13 de Macedo (INEP), Rogério Dentello (INEP), Fernando Pires Barbosa (Pesquisador INEP)  
14 e Erika Yamada (SESu). Presentes por videoconferência, Denise Pires de Carvalho  
15 (Membro Representante da CAPES), Priscila Albertasse Dutra da Silva (CAPES), Flávia  
16 Helena Xerez (SETEC), Maria Cristina Madeira da Silva (SETEC), Moizés Melo (UFSM),  
17 Henrique Faccin (UFSM), Maria Angélica Minhoto (Sou Ciência Unifesp), Ecila Migliori (Sou  
18 Ciência Unifesp), Rogério Craveiro (Pesquisador INEP), Thaís Cavalcante (Sou Ciência  
19 Unifesp) e Jerônimo Tybusch (Pesquisador INEP). Participou presencialmente também,  
20 Tamyres Aguiar (Assistente Administrativo da Conaes/GM). O Presidente deu boas-vindas  
21 a todos e iniciou a reunião. Inicialmente, trouxe a lembrança de todos que neste dia  
22 acontecerá a eleição para a nova presidência da CONAES, após o término desta reunião,  
23 em uma extraordinária. Dessa forma, visando obter reserva de tempo disponível para isto,  
24 solicitou ao INEP, em seu momento, que sejam abordados os dois itens correspondentes  
25 à unidade, no mesmo momento. Assim, seguiu-se a reunião. **Item 1.1.** Aprovação da Ata  
26 da 203ª RO/CONAES. A Ata 203ª foi colocada em votação. Foi aprovada sem objeção.  
27 **Item 1.2.** Metodologias de cálculo dos Indicadores de Qualidade da Educação Superior  
28 referentes a 2023 – INEP. **Item 2.2.** Apresentação do andamento de estudos técnicos sobre  
29 Indicadores da Educação Superior realizados no âmbito das parcerias do Inep – INEP. Para  
30 deliberação, referente ao item 1.2 foram apresentados os seguintes documentos: Parecer  
31 nº 13/2024/CGGI/DAES, Nota Técnica nº 7/2024/CEI/CGGI/DAES-INEP, Nota Técnica nº  
32 8/2023/CGCQES/DAES e Nota Técnica nº 9/2024/CEI/CGGI/DAES-INEP. Para  
33 contextualização, o Prof. Ulysses lembrou a todos que em dezembro/23 - quando a  
34 CONAES deliberou sobre a aprovação das áreas que serão avaliadas no Enade 2024 - foi  
35 solicitada a elaboração de uma Resolução com mais detalhes dessas áreas avaliadas para  
36 que assegurasse transparência e segurança ao público da Educação Superior. Nessa  
37 Resolução, apareceram cinco indicações de possíveis dimensões, para serem trabalhadas  
38 com a variedade do nosso sistema. A partir dos resultados do ciclo avaliativo de 2024, os  
39 indicadores da educação superior calculados no âmbito do Sinaes deverão adotar  
40 perspectiva multidimensional, incluindo as seguintes dimensões: I – Resultados; II -  
41 Pesquisa; III - Extensão; IV - Condições de Oferta; V – Eficiência. O Prof. Ulysses informou  
42 que nas metodologias de cálculos do IDD, CPC e IGC não há alteração com relação aos



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

43 anos anteriores, justamente porque nesse momento o INEP está concentrando todo o  
44 esforço nesses novos indicadores. O IDD, o CPC e o IGC são indicadores importantes  
45 porque eles subsidiam as nossas políticas públicas, além de promover resultados para a  
46 própria Instituição. Políticas como de regulação, supervisão, de financiamento e de indução  
47 de qualidade dependem desses resultados. Por mais que estejamos em um processo de  
48 mudança, não se pode deixar de calcular esses indicadores, de forma abrupta. Dessa  
49 forma, sugeri que o IDD, o CPC e o IGC permaneçam sendo calculados enquanto os  
50 novos indicadores estão sendo desenvolvidos. Com possibilidade de migração para esse  
51 sistema multidimensional no ano de 2025. A Prof.<sup>a</sup> Simone questionou se a proposta seria  
52 para trabalhar os outros indicadores que não são apenas baseados no Enade. O Prof.  
53 Ulysses confirmou que sim, também. Explicou que a partir do Enade 2025, será incluído  
54 bacharelado e cursos superiores de tecnologia. Inclusive, na próxima reunião da CONAES,  
55 o INEP trará uma lista dos cursos para a definição de quais cursos serão selecionados para  
56 o Enade 2025. Informou que de qualquer maneira, os indicadores que não dependerem de  
57 resultados do Enade poderão ser produzidos anualmente, independentemente de quais são  
58 as áreas daquele ano para o Enade. A proposta sobre as metodologias de cálculo do IDD,  
59 CPC e IGC foi colocada em votação. Foi aprovada, sem objeção. Em seguida, entrando  
60 para o item 2.2., o Prof. Ulysses apresentou a equipe técnica de pesquisadores de algumas  
61 Instituições de Ensino Superior que estão trabalhando em parceria com o INEP na  
62 elaboração dos estudos. Passou a palavra para que eles apresentem alguns resultados em  
63 desenvolvimento. Com a palavra, a Prof.<sup>a</sup> Maria Angélica cumprimentou a todos e iniciou a  
64 apresentação. Expôs que ela e alguns outros colegas presentes são do grupo Sou Ciência.  
65 Informou que a apresentação busca mostrar alguns resultados preliminares do projeto em  
66 parceria com o INEP. Sobre os Egressos, o objetivo é identificar as diferenças nas taxas de  
67 inserção laboral dos egressos dos cursos de graduação brasileiros no início de carreira  
68 (após 1 ano de diplomação e identificar as diferenças de remuneração média desses  
69 egressos. Para o procedimento, a base da RAIS (2018) foi filtrada pelos CPFs dos formados  
70 no CES (2017), a remuneração média foi padronizada para 40 horas semanais, outliers  
71 foram eliminados e os registros múltiplos foram tratados. Depois de todos esses  
72 tratamentos, foi calculado os indicadores e construída uma ferramenta, a “Cubo  
73 SoU\_Egressos”. A taxa de inserção laboral, mede a proporção de egressos inseridos no  
74 mercado de trabalho formal pelo total de formados. O valor da remuneração média na RAIS  
75 padronizada para 40 horas semanais. A Cubo SoU\_Egressos armazena dados  
76 multidimensionais, permite navegar por diferentes variáveis, permite verificar variações nas  
77 taxas de inserção, na remuneração média, no total de formados e no total de egressos  
78 presentes no mercado de trabalho formal, por carreira/curso e IES. Essa ferramenta  
79 também proporciona rápida análise desses valores/medidas relacionadas, sob diversas  
80 perspectivas. Dimensões/variáveis: IES, Curso Categoria Administrativa, Organização  
81 Acadêmica, Modalidade de Ensino, Grau Acadêmico e Estado RAIS. Local: Virtual Machine  
82 – dados sensíveis. No sistema, a Prof.<sup>a</sup> Angélica apresentou para todos o protótipo do Cubo  
83 em desenvolvimento. Em seguida o Prof. Fernando iniciou uma apresentação de um estudo  
84 técnico preliminar do Indicador da Taxa de Desistência. Esse estudo partiu de algumas



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

85 premissas, como: Ano base para ser tomado como referência; identificar cursos ou áreas  
86 que possuem maior ou menor incidência do fenômeno da desistência; identificar instituições  
87 de ensino que apresentam índices de desistência que se destacam entre os maiores ou  
88 menores; permitir que cada instituição verifique como estão os seus índices e os índices  
89 dos seus cursos em comparação com outras instituições. Foi definido como premissa para  
90 esse estudo, já partindo para decisões metodológicas, o uso do 3º ano após o ingresso  
91 como sendo o ano de referência para cálculo do indicador de desistência e o uso do  
92 conceito de faixas de 1 a 5, de forma semelhante ao já existente em indicadores como o  
93 Conceito ENADE e o Índice Geral de Cursos (IGC). A proposta é para 4 indicadores: Taxa  
94 de Desistência Acumulada (TDA): percentual de estudantes que desistiram de um  
95 determinado curso ao término do terceiro ano após o ingresso; Média móvel TDA (TDAM):  
96 tem as mesmas características do indicador TDA, mas suavizando eventuais discrepâncias  
97 que possam ocorrer em um ano específico; TDA Faixa dos Cursos: caracteriza os cursos  
98 em faixas de 1 a 5 com base no percentil em que se encontram quando o seu índice para  
99 o indicador TDA é comparado do mesmo código CINE rótulo; TDA Faixa das IES:  
100 caracteriza as Instituições de Ensino Superior (IES) em faixas de 1 a 5 com base no  
101 percentil observado para cada um dos cursos que ela oferta. Procura minimizar o impacto  
102 causado pelo perfil de CINE Rótulos ofertado por cada IES. Esse trabalho está dentro da  
103 proposta apresentada pelo Prof. Ulysses da Cesta de indicadores com as 5 dimensões.  
104 Contudo, há um pequeno subconjunto de indicadores dentro da dimensão Eficiência, são  
105 eles: Taxa de Desistência Acumulada (TDA): é o indicador-base e contempla o percentual  
106 de estudantes que desistiram de um determinado curso ao término do terceiro ano após o  
107 ingresso. Dentre outras análises, pode ser utilizado para avaliar a variação de  
108 comportamentos do fenômeno da desistência ao longo do tempo ou entre diferentes áreas  
109 e cursos; Média móvel TDA (TDAM): tem as mesmas características do indicador TDA, mas  
110 incorporando o conceito de média móvel com o objetivo de suavizar eventuais  
111 discrepâncias que possam ocorrer em um ano específico; TDA Faixa dos Cursos:  
112 caracteriza os cursos em faixas de 1 a 5 com base no percentil em que se encontram  
113 quando o seu índice para o indicador TDA é comparado com outros cursos similares,  
114 classificados no mesmo código CINE rótulo. Pode ser utilizado para identificar se o  
115 fenômeno da desistência observado em um determinado curso de uma determinada  
116 Instituição de Ensino Superior (IES) está entre os maiores ou menores índices observados  
117 no país dentro da sua classificação CINE; TDA Faixa das IES: caracteriza as Instituições  
118 de Ensino Superior (IES) em faixas de 1 a 5 com base no percentil observado para cada  
119 um dos cursos que ela oferta. Procura minimizar o impacto causado pelo perfil de CINE  
120 Rótulos ofertado por cada IES, uma vez que cursos com diferentes CINE Rótulos tendem  
121 a apresentar comportamentos distintos quanto ao fenômeno da desistência. Pode ser  
122 utilizado para avaliar o comportamento do fenômeno da desistência em uma determinada  
123 IES levando em consideração não apenas os seus índices TDA, mas também o perfil de  
124 cursos que ela oferta. Para TDA - cálculo base - são utilizados os indicadores de trajetória  
125 já calculados e divulgados pelo INEP que medem o percentual do número de estudantes  
126 que desistiram (desvinculados ou transferidos) do curso  $j$  até o ano  $t$  (acumulado) em



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

127 relação ao número de ingressantes do curso  $j$  no ano  $T$ , subtraindo-se o número de  
128 estudantes falecidos do curso  $j$  do ano  $T$  até o ano  $t$ . Nessa proposta, a sugestão é usar o  
129 3º ano do ensino após o ingresso, porque 99,77% dos 25.923 cursos com ingresso em 2010  
130 têm prazo de integralização igual ou superior a 3 anos e há um equilíbrio entre “medir o  
131 quanto antes” e “ter uma medida com menos discrepâncias”. As medições da TDA no  
132 primeiro e segundo ano apresentam discrepâncias significativas. A variação da TDA entre  
133 o terceiro e o quarto ano é significativamente menor em comparação com as oscilações  
134 observadas em outros períodos. Estudos mostraram evolução da taxa de desistência nos  
135 cursos EaD e presenciais, considerando o 3º ano como referência-base. A taxa de  
136 desistência acumulada no terceiro ano é historicamente maior que a taxa dos cursos  
137 presenciais, mas ambas vêm crescendo nas modalidades EaD e presencial. Os estudos  
138 demonstraram que a taxa de desistência no terceiro ano em licenciaturas é menor do que  
139 nos cursos de bacharelado e tecnológicos. Entre instituições públicas e privadas, a taxa de  
140 desistência no terceiro ano nas instituições públicas é crescente, mas em 2018 diminuiu.  
141 Já nas privadas, segue uma trajetória ascendente no que diz respeito à taxa de desistência.  
142 Entre os cursos das áreas Cine Brasil, Saúde e Bem-estar têm a menor taxa de desistência.  
143 Com o objetivo de suavizar os impactos de anos muito atípicos, está sendo feito um estudo  
144 usando como referencial a medida de três anos, para coincidir com os ciclos de avaliação  
145 do Enade. Os estudos estão abertos para ajustes técnicos preliminares. Foi constatado que  
146 cursos diferentes possuem perfis diferentes de taxa de desistência. O intuito a partir de  
147 agora é aprofundar a discussão sobre diferentes aspectos da proposta e adotar aspectos  
148 que prevalecem em outros indicadores da dimensão eficiência (evasão, conclusão,  
149 permanência, ociosidade etc.) O Prof. André agradeceu pelas apresentações, parabenizou  
150 o INEP e seguiu a pauta. **Item 2.1.** Referenciais de qualidade da EAD e os reflexos na  
151 avaliação – SERES. Com a palavra, a Secretária Marta Abramo parabenizou a  
152 apresentação do INEP e iniciou sua apresentação sobre os referenciais de qualidade para  
153 a oferta de cursos de graduação na modalidade EaD. Explicou que, quando houve a  
154 publicação da Portaria nº 528 em junho, a SERES se comprometeu com três entregas: os  
155 referenciais de qualidade, a revisão do marco regulatório e revisão dos instrumentos de  
156 avaliação in loco. Os novos referenciais de qualidade foram produzidos primeiro, porque  
157 considera-se a base dos insumos para outras camadas. Pensando na ordem: 1ª camada:  
158 os referenciais de qualidade; 2ª camada: os decretos e portarias; 3ª camada: os  
159 instrumentos de avaliação; e 4ª camada: as diretrizes. Os referenciais não trarão normas  
160 ou determinações para a oferta de cursos de graduação. É importante destacar que se trata  
161 apenas de cursos de graduação. O processo de elaboração dos referenciais teve a  
162 participação de uma Comissão de Especialistas com larga experiência em EaD e em  
163 políticas públicas. Houve debate do tema no Conselho Consultivo para o Aperfeiçoamento  
164 dos Processos de Regulação e Supervisão da Educação - CC-PARES. Foram realizadas  
165 20 visitas ou agendas técnicas, com a participação de especialistas e de representantes da  
166 SERES, para conhecer os diversos modelos de oferta da EAD (instituições públicas e  
167 privadas, de diferentes regiões do país, e com perfis e portes distintos). Houve contribuições  
168 de entidades representativas do setor da educação superior e de outros membros do CC-



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

169 PARES, interlocução com a comissão instituída no CNE para tratar das diretrizes da EaD  
170 e interlocução com especialistas estrangeiros e participação em evento internacional. Um  
171 documento para esses referenciais será elaborado. Sobre a definição de educação a  
172 distância, foi definido que é a modalidade educacional organizada de forma que parte  
173 significativa dos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e  
174 tecnologias de informação e comunicação, permitindo que estudantes e profissionais da  
175 educação estejam em lugares ou tempos diversos. Sobre a definição de presencialidade,  
176 pressupõe obrigatoriedade de o aluno estar fisicamente presente em local e tempo  
177 determinados para exercer uma atividade formativa, com controle de frequência. A  
178 presencialidade não precisa necessariamente acontecer no polo (pode ser na sede da IES,  
179 no polo, na comunidade/extensão ou em um ambiente profissional). Sincronicidade  
180 mediada pode ser prevista nos cursos de graduação na modalidade EaD, mas não será  
181 computada como presencialidade. Não há um modelo único de educação a distância:  
182 flexibilidade de desenhos, combinações de linguagens, recursos educacionais e  
183 tecnologias. Foco em pilares importantes para garantir qualidade e o resultado esperado  
184 para um curso de graduação na sua completude. O curso na modalidade a distância  
185 contempla: atividades pedagógicas assíncronas (lugares e momentos distintos); situações  
186 síncronas não presenciais (educadores em lugares distintos, interagindo em tempo real); e  
187 situações presenciais. Cursos com maior carga de atividades presenciais devem ter  
188 tratamento específico (laboratórios, avaliações, atividades de extensão universitária e de  
189 vivência profissional, para além dos estágios e de atividades práticas importantes para a  
190 formação de professores(as)). A proposta de criação de uma tipologia intermediária não  
191 está explícita no documento, mas é possível extrair das constatações da realidade  
192 experimentada. Sobre o conceito de curso, considerando a distância física do(a) estudante  
193 da instituição ofertante, a IES deve privilegiar estratégias de ensino e aprendizagem que  
194 incentivem a colaboração e a interação entre alunos(as) e professores(as). O PPC do curso  
195 de graduação na modalidade a distância deve assegurar, acima de tudo, que os conteúdos,  
196 práticas e estágios oferecidos estejam à altura da qualidade de uma formação de nível  
197 superior de graduação. O PPC deve garantir um tempo mínimo de reflexão e maturação na  
198 apresentação de conceitos e conhecimentos nas unidades curriculares, para que o  
199 estudante consiga reconstruir os saberes teórico-práticos estudados nas unidades  
200 curriculares. Diante disso, recomenda-se que as unidades curriculares sejam integralizadas  
201 no período mínimo de 10 semanas. Sobre a experiência dos estudantes, na EAD o  
202 estudante é sujeito de sua própria aprendizagem, mas isso não significa renunciar à  
203 interatividade e à mediação pedagógica. A interação entre esses três elementos deve ser  
204 uma característica intrínseca do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e do Projeto  
205 Pedagógico do Curso (PPC). Além disso, o sentimento de pertencimento à Instituição de  
206 Ensino Superior (IES) e à turma é crucial para o engajamento e a motivação do(a) aluno(a).  
207 A mediação pedagógica tem papel crucial ao orientar o(a) estudante, pois deve  
208 proporcionar um suporte estruturado para o seu crescimento acadêmico e profissional.  
209 Essa abordagem personalizada, fomentada pelos momentos de orientação entre docentes  
210 e estudantes, é essencial para garantir o atingimento dos objetivos de aprendizagem



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

211 previamente definidos. Acessibilidade e inclusão digital: fomentar a inclusão digital ativa e  
212 produtiva dos(as) estudantes da EaD, por meio de: aconselhamento, tutoria e capacitação  
213 básica para uso dos recursos tecnológicos à disposição. A IES deve capacitar o estudante  
214 para as características do processo de ensino e aprendizagem a distância; customização  
215 para os diferentes perfis de estudantes, suas condições socioeconômicas e localidades de  
216 origem, necessidades específicas de estudantes com deficiências, restrições pessoais,  
217 físicas ou cognitivas. Garantia de direitos: alunos(as) EAD devem possuir os mesmos  
218 direitos que aqueles de outros cursos, como acesso à identificação estudantil, envolvimento  
219 em pesquisa e projetos científicos, reconhecimento dos diplomas por entidades  
220 profissionais, acesso a suporte psicológico, apoio para estágios e para o crescimento  
221 acadêmico e profissional, bem como acesso à assistência estudantil. Devolutivas  
222 pedagógicas e apoio ao desenvolvimento acadêmico: disponibilização de professores(as)  
223 mediadores(as), orientadores(as) e profissionais de aconselhamento, a fim de reduzir a  
224 sensação de isolamento; ferramentas para viabilizar as devolutivas de desenvolvimento  
225 acadêmico e de gestão na EaD. Sobre a Docência, o corpo docente deve ser composto por  
226 professores regentes, professores conteudistas e professores mediadores ou mediadores  
227 pedagógicos, todos capacitados, contratados pela IES e cadastrados como tal no Censo  
228 da Educação Superior. A educação a distância de qualidade envolve muito mais do que a  
229 existência de plataformas tecnológicas digitais. A necessidade de atenção e suporte é ainda  
230 mais crítica para estudantes dessa modalidade. Esta mediação pode se dar de forma  
231 síncrona, assíncrona ou presencial, decisiva para fomentar o entusiasmo, a motivação  
232 dos(as) estudantes e seu senso de pertencimento a uma comunidade de aprendizagem.  
233 Organização e acompanhamento da trajetória discente: mesmo na EaD, ao longo dos  
234 diferentes componentes curriculares, recomenda-se a organização de estudantes em  
235 turmas, com um(a) professor(a) regente e professores(as) mediadores(as) responsável(is)  
236 por seu acompanhamento. É necessário estabelecer uma métrica para a relação de  
237 estudantes por professor(a) (com estipulação de carga horária docente semanal dedicada  
238 às atividades do curso, capaz de garantir a qualidade da interação no processo de  
239 aprendizagem). O(A) Professor(a) conteudista, é um docente especializado nos conteúdos  
240 específicos de uma disciplina, responsável pela gestão de materiais didáticos atualizados,  
241 que se alinhem com processos avaliativos e atividades práticas previstas no PPC. O  
242 conjunto dos professores(as) conteudistas de uma IES deve ter formação em pós-  
243 graduação stricto sensu, predominantemente doutores. O(A) Professor(a) regente é um  
244 docente responsável pelo Plano de Ensino da unidade curricular e por planejar e coordenar  
245 as diferentes ações docentes, além de desenhar o nível de exigência dos processos  
246 avaliativos e elaborar os instrumentos de avaliação. O conjunto de professores(as) regentes  
247 de uma IES deve formação em pós-graduação stricto sensu, predominantemente doutores.  
248 Deve ser vinculado à própria instituição, com formação e experiência na área de ensino na  
249 modalidade educação a distância. O(A) Professor(a) mediador(a) ou mediador(a)  
250 pedagógico(a) online é o(a) profissional da educação que atua sob a supervisão do(a)  
251 professor(a) regente. Ele(a) deve ter formação pós-graduada, preferencialmente stricto  
252 sensu. O(a) Professor(a) mediador(a) ou mediador(a) pedagógico(a) presencial é o(a)



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

253 profissional da educação responsável pela mediação da aprendizagem presencial. Ele(a)  
254 deve ter formação pós-graduada, preferencialmente *stricto sensu*. O Coordenador de curso  
255 de uma IES deve ter formação em pós-graduação *stricto sensu*, predominantemente doutor.  
256 O Prof. André sugeriu que nesse documento esteja presente a definição do número da  
257 relação docente/discente. Sobre as dinâmicas dos Processos de Ensino e Aprendizagem:  
258 cursos EAD devem propor trilhas de aprendizagem semanais de qualidade e motivadoras,  
259 e promover situações de interação formativa entre os(as) estudantes e desses com os(as)  
260 professores(as), mediadas por tecnologia ou presenciais; docente deve ser ativo e ter  
261 autoria no processo de ensino e aprendizagem na sua relação com os(as) estudantes,  
262 através de seu acompanhamento, na orientação de estudos e no esclarecimento de  
263 dúvidas; engajamento estudantil deve ser cultivado na relação com os(as) professores(as)  
264 e colegas, bem como pelo uso estratégico de diferentes mídias e tecnologias. As  
265 plataformas tecnológicas digitais de ensino são ferramentas que permitem a interação entre  
266 alunos(as) e professores(as), o acesso a conteúdos educacionais e a gestão de atividades  
267 acadêmicas, facilitando o controle e a análise de dados educacionais para monitorar o  
268 engajamento e desempenho dos(as) alunos(as). Elas devem ser diversificadas – AVA,  
269 plataformas de videoconferência; biblioteca digital; educação colaborativa em nuvem;  
270 plataformas de tecnologias emergentes; laboratórios virtuais. O PPC deve ser capaz de  
271 traduzir o conjunto de infraestrutura tecnológica e o uso dessas tecnologias para fomentar  
272 a interatividade entre estudantes e deles com os(as) professores(as). Devem permitir o  
273 monitoramento e o gerenciamento de ações e desempenho dos discentes de maneira a  
274 apoiar a aprendizagem adaptativa. Os Materiais didáticos devem apresentar nível de  
275 qualidade compatível com o que se espera efetivamente de um curso de graduação, sendo  
276 planejados e elaborados por docentes com formação acadêmica compatível e específicas  
277 para o ensino e a aprendizagem a distância (excelência e caráter autoral). A avaliação do  
278 estudante deve ter pelo menos uma avaliação presencial (no polo), realizada no máximo a  
279 cada 10 semanas da oferta da unidade curricular, com peso majoritário na nota final do(a)  
280 estudante, sendo no mínimo um terço do peso da avaliação presencial composta por  
281 questões discursivas e de análise e síntese; a avaliação de cada unidade curricular deve  
282 ser de responsabilidade do(a) professor(a) regente. Os ambientes profissionais são  
283 fundamentais para a formação prática e o consequente desenvolvimento de competências  
284 profissionais, os cursos devem ter uma dinâmica organizada entre sede, polos e ambientes  
285 profissionais. Sobre os Polos - espaço de educação -: não existe modelo único para  
286 funcionamento de um polo, porém qualquer polo de apoio presencial deve atender, no  
287 mínimo, às normas da ABNT, abrangendo espaço de recepção, laboratório de informática,  
288 espaço para estudos e reuniões de alunos(as), sala de atendimento aos alunos(as), sala  
289 de aula e banheiros, adequados ao número de alunos(as) previstos para serem atendidos,  
290 além de oferecer uma rede *wi-fi* com conexão de banda larga de boa qualidade. O Prof.  
291 André sugeriu que cada espaço tenha CNPJ exclusivo. No caso de cursos que, pelas  
292 Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), necessitam práticas laboratoriais, os polos devem  
293 ter laboratórios físicos, pelo menos, de qualidade equivalente àqueles utilizados nos cursos  
294 presenciais. O polo deve contar com, pelo menos, um gestor acadêmico -contratado e



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

295 capacitado pela IES- que irá atuar no acolhimento aos estudantes, atendendo suas  
296 necessidades primordiais, tais como: iniciação ao AVA, orientações acadêmico-  
297 administrativas, e especialmente servindo de ponte com o campo profissional e as  
298 atividades de extensão. Sobre a Integração Institucional, Gestão da qualidade e  
299 repercussão no contexto social e acadêmico, na Governança e planejamento institucional  
300 da oferta de EaD: a oferta de cursos EaD deve ser fruto do planejamento estratégico  
301 institucional, devendo estar expressa em seu PDI e PPI, implicando coerência com relação  
302 à oferta de cursos presenciais. Autoavaliação e monitoramento da EaD: plano de  
303 monitoramento deve observar não apenas a assiduidade dos(as) estudantes no  
304 desenvolvimento de atividades, mas também o seu efetivo engajamento (relatórios  
305 periódicos de desenvolvimento de atividades de aprendizagem e/ou avaliativas, dúvidas de  
306 aprendizagem e devolutivas pedagógicas). Experiências e percepções das comunidades  
307 interna e externa: IES devem estabelecer canais de comunicação com a sociedade e o  
308 setor produtivo, de modo que o PPI e os PPCs estejam coerentes com as tendências futuras  
309 do mundo do trabalho, incluindo o monitoramento do progresso dos(as) egressos(as).  
310 Impacto socioeconômico e no desenvolvimento local: construção de parcerias estratégicas  
311 que sirvam para desenvolver programas que atendam às necessidades locais e regionais,  
312 ampliar a oferta de estágios e oportunidades de projetos práticos de extensão. O Prof.  
313 André parabenizou o trabalho da SERES e destacou suas duas sugestões anteriores. **Item**  
314 **3. Assuntos Gerais.** O Prof. André propôs que a data da 206ª RO da Conaes, previamente  
315 agendada para o dia 19 de dezembro de 2025, seja alterada para o dia 05 de dezembro de  
316 2015. Todos se manifestaram de acordo e assim foi alterada. Não havendo mais  
317 manifestações o Presidente André agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião  
318 que segue assinada por esta secretaria e pelos presentes à reunião.

319  
320  
321  
322  
323  
324  
325  
326  
327  
328  
329  
330  
331  
332  
333  
334  
335  
336  
337

---

André Guilherme Lemos Jorge  
(Notório Saber)

---

Simone Horta Andrade  
(Notório Saber)

---

Renato Hyuda de Luna Pedrosa  
(Notório Saber)

---

Maurilio Mussi Montanha



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

338 (Membro Representante do Corpo Técnico Administrativo)

339

340

341

342

---

343 Carla Beatriz de Almeida

344 (Membro Representante do Corpo Discente)

345

346

347

---

348 Madalena Guasco Peixoto

349 (Membro Representante do Corpo Docente)

350

351

352

---

353 Marta Wendel Abramo

354 (Membro Representante da SERES)

355

356

357

---

358 Ana Lúcia Pereira

359 (Representante da SESu)

360

361

362

---

363 Ulysses Teixeira

364 (Membro representante do INEP)

365

366

367

---

368 Denise Carvalho

369 (Membro Representante da CAPES)

370

371